

A metrópole e a indústria

reflexões sobre uma urbanização crítica

Amélia Luisa Damiani

Professora Doutora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

Resumo: Neste texto procuro desenvolver uma interpretação do urbano, na sua relação com o processo de industrialização, tentando compreender a particularidade do caso brasileiro, especialmente através da metrópole de São Paulo: o exemplo de uma modernidade incompleta. Seu objetivo é o de decifrar o que poderia constituir-se numa urbanização definida como *crítica*. A questão urbana não aparece apenas como uma questão específica, mas sintetizando a universalidade e a radicalidade dos processos sociais.

Palavras-chave: capitalismo; metrópole; urbanização crítica; proletariado.

O trabalho que ensaio desenvolver neste momento é uma interpretação do urbano a partir da indústria, ou melhor, do processo de industrialização.

Para fugir de interpretações tidas como simplistas, quanto a nosso processo de desenvolvimento, foi-se em direção a interpretar nossa economia como essencialmente, ou melhor, especificamente capitalista, isto é, a reprodução ampliada do capital tornava-se o eixo de interpretação econômica. A combinação entre setores atrasados e modernos, denotando o que seria subdesenvolvimento, assim como a interpretação malthusiana da população, isto é, a de um crescimento demográfico acelerado, não absorvido pelo desenvolvimento econômico, foram sendo substituídas por interpretações que entravam na textura fina das relações capitalistas, num movimento entre imperialismo e dependência. Passou-se a demarcar nosso processo econômico pela teoria da dependência.

A noção de cidade, assim como a de vila, a de povoação, a de bairro são denominações que retiram o núcleo mencionado do que caracterizaria a vida rural, dão-lhe um novo status. Em São Paulo, os aldeamentos indígenas – nos séculos XVI e XVII - vinham carregados do que seria a não-cidade, embora sejam núcleos importantíssimos para compreender o desenvolvimento urbano no planalto paulistano.

A cidade, como mencionada por Oliveira Viana e Nelson Omegna,¹ aparece, de início, como “instituição jurídica, administrativa, política e social, mais do que como fato econômico”. Define a nova cultura como expressão do poder, do domínio, do prestígio: “viver na cidade é usufruir uma categoria que não podem gozar os que só podem residir nas aldeias ou os desclassificados que devem ficar nas abas, ou nas bandas de além.”² Muito cedo definiu-se a cidade associada ao moderno. Num passo, o desenvolvimento industrial em São Paulo, por exemplo, foi definido de forma concentrada, especialmente através de grandes cidades, desprezando-se sua origem e sua expansão pulverizada em inúmeros pequenos núcleos, inclusive, nas fazendas de todo o estado. É clássica, neste sentido, a interpretação de José de Souza Martins sobre a industrialização, envolvendo a pesquisa empírica de grupos econômicos pioneiros. Segundo o autor,

“[...] a indústria brasileira não surgiu no próprio corpo das relações imediatamente produzidas pelo comércio de produtos coloniais, como o café, mas sim nos interstícios dessas relações, à *marginem e contra* o circuito de trocas estabelecido pelos importadores. Assim, a *gênese* da indústria brasileira não deve ser buscada nas oscilações da economia do café, na alternância de períodos de crise e falta de crise. Na verdade, o aparecimento da indústria está vinculado a um complexo de relações e produtos que não pode ser reduzido ao binômio café-indústria.” (1981, p.106, ênfases do autor.).

É nesse plano que se pode dizer que é improvável a hipótese de que a indústria brasileira já nasceu como grande empresa.

“A indústria de 1907 já era indústria consolidada [...] Na verdade, os principais grupos econômicos, os que se tornaram grandes depois, surgiram no último quarto do século XIX. E praticamente todos eles nasceram para substituir a produção artesanal e doméstica ou a produção em pequena escala disseminadas por um grande número de pequenos estabelecimentos tanto na capital quanto no interior. Aliás, a indústria em São Paulo nasceu distribuída por quase todos os municípios da província. Só depois do ‘Ensilhamento’ é que passou a concentrar-se na capital e nuns poucos municípios importantes do interior, o que completou um processo iniciado com a expansão das ferrovias. Nasceram, portanto, para substituir a pequena produção intersticial e não para substituir importações.” (Ibid., loc. cit.).

Não se deve esquecer que a São Paulo do século XIX era uma cidade envolvida e rodeada por núcleos paupérrimos: os antigos aldeamentos indígenas, tornados caipiras, marcados inclusive por uma economia de subsistência.

“Na verdade, nos arredores de São Paulo, definiu-se um mundo original, refratário a mudanças, somente tendo começado a transformar-se face ao impacto representado pela expansão do espaço urbano paulistano, das mais significativas da primeira metade do século XX.” (Petrone, 1995, p.376).

Da cidade de taipa de pilão, da época colonial, à cidade do tijolo houve, nesta passagem do fim do século XIX ao início do século XX, a importância do café, da industrialização, da ferrovia, depois do bonde elétrico e uma extraordinária especulação imobiliária, envolvendo o centro. O que implicou a destruição de igrejas de taipa, de edificações e a expulsão da população negra e parda das redondezas, na base da administração de Antônio Prado. Esse processo também implicou a venda de antigas chácaras transformadas em loteamentos de características mais abastadas, como em Campos Elíseos ou Higienópolis, e mais populares, como Barra Funda e Bom Retiro. Pierre Monbeig menciona uma epidemia de urbanização. Caio Prado Jr. também acentua a influência da especulação imobiliária na expansão urbana, inclusive com grilagem de terrenos: bastava traçar as ruas, às vezes no papel apenas, e passar os terrenos aos compradores. A redefinição das relações entre a cidade e seu subúrbio, no último quartel do século XIX, com a simultânea industrialização, implicou, segundo Martins (1992, p.11), uma verdadeira alienação do morador na relação com a sua cidade. Quanto à elite paulistana, até os anos 20, vivia em São Paulo como se estivesse em Paris. Havia a imitação dos estilos da França numa sociedade sem estilo, porque o perdera ou o tivera precariamente. No subúrbio empobrecido de vínculos com a História, havia a alienação do morador-trabalhador, que aparecia como um cidadão menor, mantendo a cidade como real somente de modo irrisório e insignificante.³

“A vida rural dominou, portanto, nos primeiros tempos da vida do europeu no Planalto [...] os pólos de atividades definiram-se melhor nas propriedades rurais, os núcleos ficando limitados a modestas – porém importantíssimas – funções político-administrativas e religiosas.” (Petrone, 1995, p.59).

Nos primeiros séculos “o grande domínio rural [...] constitui um verdadeiro mundo em miniatura [...] É a própria fazenda que fornece os materiais para as construções, para os utensílios agrícolas, para o mobiliário, para a iluminação, para o vestuário comum. É ela que os transforma e aparelha em sua olaria de cozer telha, em sua tenda de ferreiro, em sua carpintaria, em sua sapataria, em seus teares [...]”.⁴

A presença do mercado, a presença da indústria, o aumento da população logo sugeriu a transposição da literatura internacional sobre a grande cidade. E São Paulo logo foi definida como metrópole. Fala-se de metrópole, neste sentido,

já no início do século, embora este termo tenha se generalizado nos anos 50 deste século com o desenvolvimento industrial. Fala-se de metrópole quando se tem como parâmetro a obra dos sociólogos, historiadores, geógrafos alemães que analisaram a metamorfose social por que passava a grande cidade, neste caso Berlim ou Viena, com a mudança quantitativa e espacial da experiência urbana. Ela aparecia como lugar central da modernidade, definindo a forma geral da sociabilidade, na qual havia uma associação estreita entre a economia monetária e a grande cidade, enquanto significado sociológico da generalização dos usos monetários. A obra de Georg Simmel foi sintetizadora deste conhecimento.

O mundo caipira dos arredores de São Paulo foi, com o processo de urbanização, se transformando

“[...] por intermédio do surgimento das vilas residenciais operárias, dos subúrbios residenciais de luxo (subúrbios do automóvel), das zonas industriais, das áreas de recreio; multiplicaram-se, ao mesmo tempo, as zonas de chácaras de fim de semana [...] definiu-se um cinturão verde abastecedor da metrópole em produtos perecíveis [...] modificaram-se as paisagens culturais. O caminhão e o automóvel substituíram cargueiros e carros de boi; velhos e modorrentos núcleos tornaram-se centros de desenvolvimento próprios a um subúrbio, uma cidade-dormitório ou uma cidade-satélite de São Paulo [...]” (Petroni, 1995, p.378).

A modernidade de São Paulo, porém, assim como a do resto do país, foi sempre incompleta, foi sempre mesclada à reprodução de culturas mais tradicionais, a ponto de, no nosso país, o moderno sofrer uma crítica, embora residual, através do tradicional: “Não é o moderno que incorpora o tradicional e popular simplesmente. Antes, é a tradição que agrega fragmentos do moderno sem agregar um modo moderno de ser consciência do todo [...]” (Martins, 2000, p.53), por exemplo, as concepções ordenadoras da vida social, provenientes do familismo antigo. É possível ler, na história de São Paulo, desde o início de seu processo de modernização, com o desenvolvimento do processo industrial, uma presença representativa, nos novos negócios, não somente de agrupamentos financeiros e sociedades anônimas de acionistas, mas a conservação de empresas individuais ou familiares. O próprio processo de especulação urbana se constituía, especialmente, através da criação de pequenas empresas vinculadas aos negócios imobiliários, combinando uma mudança explosiva na produção do espaço urbano da cidade, com o perfil de empreendimentos familiares (cf. Monbeig, 1953). Atualmente, numa metrópole fragmentada por periferias diversas, a ideologia do bairro ainda permanece (aquela de pequenas comunidades integradas). No mundo do espetáculo, nas produções nacionais, observa-se um misto, composto pela absorção das técnicas de tratamento da imagem, as mais modernas, com a repetição insistente de formas de convivência que reproduzem, em qualquer lugar e em

qualquer tempo, desde as pequenas cidades ou vilarejos, até as grandes metrópoles, um circuito de relacionamento sempre íntimo e restrito. Trata-se da metáfora de uma grande família patrimonial, insistentemente reproduzida. Segundo José de Souza Martins, há uma assimilação e integração do que é diverso e, inclusive, antagônico.

“Neste quadro e nesta situação, a constituição do nacional não expressa necessariamente um momento da modernidade, mas sim das dificuldades do moderno. No caso brasileiro, o grande passo no sentido da modernização, que foi a revolução de 1930, com sua centralização política e sua política econômica desenvolvimentista, procurou se legitimar na cultura popular e nas tradições, que se tornaram, por isso, raízes culturais do nosso nacionalismo [...] a constituição do nacional expressa [...] as hesitações de nossa modernidade [...]” (Martins, 2000, p.34).

“[...] propugna o moderno sem propugnar a modernidade. Acata e legitima as formas modernas, a racionalidade do lucro, a organização racional do trabalho, o espetáculo colorido da comunicação de massa, mas é ao mesmo tempo conservador, resistente a um modo de vida, o da modernidade, e às perturbações sociais que poderiam resultar da disseminação das diferenças (de mentalidade, de orientação política, de multiplicidade social) e de uma verdadeira concepção do privado e da vida privada. Politicamente, somos de vocação liberal, mas de um liberalismo fundado nas tradições do poder pessoal e do clientelismo político, seus opostos.” (Ibid., p.30-31).

O desencontro dos tempos históricos marca o Brasil e a América Latina: modernidade difícil, “hibridismo” cultural, persistência do mágico e do mítico como expressões de uma secularização incompleta da memória popular, uma indicação do híbrido e do inconcluso,⁵ conjunção de passado e presente, recurso ao tradicionalismo e ao conservadorismo que questionam a realidade social moderna.⁶

A modernização, num país como o nosso, configurou-se imersa “numa forma de recolonização”, em que este processo,

“[...] iniciado sob a influência e controle dos Estados Unidos, aparece como uma rendição total e incondicional, propagando-se por todos os níveis da economia, da segurança e da política nacionais, da educação e da cultura, da comunicação de massa e da opinião pública, e das aspirações ideais com relação ao futuro e ao estilo de vida desejável [...]”

A incorporação do espaço econômico e sociocultural brasileiro, bem como os de outros países da América Latina, envolveu inúmeras instituições

“[...] oficiais, semi-oficiais ou privadas, encarregadas de conduzir a política de controle global das finanças, da educação, da pesquisa científica, da inovação tecnológica, dos meios de comunicação em massa [...] e mesmo

dos governos [...] A empresa corporativa é a mais visível dessas instituições; mas as menos visíveis são talvez ainda mais prejudiciais.” (Fernandes, 1981, p.23-24).

Constitui-se, assim, conforme Florestan Fernandes, essa presença complexa do moderno: a modernização implica o aburguesamento de determinadas camadas sociais e, ao mesmo tempo, a reprodução de uma massa crescente da população condenada à vida precária, no corpo da apropriação, pelas economias centrais, das maiores quotas do excedente econômico gerado (cf. Ibid., p.23-32).

A idéia de capitalismo dependente, combinada à interpretação do imperialismo, sugeriu durante muito tempo o universo de interpretação da indústria, da cidade, dos fenômenos da industrialização e urbanização. Havia necessidade de modernizar o país, de se unir às burguesias locais para viabilizar a capitalização em nosso país, que levaria, com o tempo, à crítica do imperialismo. Não era possível atingir o imperialismo, a não ser se modernizando. Isto demarcou, inclusive, o pensamento de esquerda, até a década de 60 (mais especificamente de 30 a 60). Nos partidos comunistas, na América Latina, era recorrente a interpretação de que era necessário desenvolver o capitalismo nos diferentes países, antes do socialismo, para viabilizar este último. Este pensamento se altera na década de 60 com as correntes castristas e trotskistas que entram em embate, também, com as burguesias locais: o inimigo maior – o imperialismo – e o inimigo imediato – a burguesia e latifundiários locais e nacionais (cf. Löwy, 1999).

Desta forma, há sempre uma intenção em absorver o que é diverso dentro do universo moderno e capitalista: o mercado informal de trabalho, o terciário hipertrofiado, o setor marginal da economia são diferentes, mas integrados, numa perspectiva capitalista de análise. Todos reconhecemos as análises que foram integrando o que não se coadunava com o moderno capitalismo, como relações capitalistas específicas, não reconhecidas imediatamente como tais. Denotava-se a especificidade da América Latina e, ao mesmo tempo, se reconhecia seu universo moderno. Não foi assim que Manuel Castells, depois do livro *Problemas de Investigación em Sociologia Urbana*, se tornou famoso na América Latina, por reunir a industrialização e a urbanização, aparentemente desconformes: uma urbanização acelerada que parecia não explicada pelos limites da indústria presentes? Com o argumento de que o processo de industrialização era complexo e assim deveria ser analisado, o autor acaba por relacionar a urbanização e a industrialização nestes países. Claro que a solução para a questão do crescimento acelerado da força de trabalho urbana, especialmente não qualificada, com a consolidação do binômio industrialização-urbanização, ou o processo de industrialização e modernização, desde os anos 40 deste século, leva ao estudo do descompasso entre o processo de industrialização e urbanização na periferia do sistema capita-

lista, de solução complexa e eixo na produção de um conhecimento e investigação próprios da América Latina.

“No Brasil, entre 1940 e 1950, o crescimento da população aumentou em 24%, porém o das cidades cresceu em 39%. Em 1950 e 1960, o crescimento da população total foi de 30%, porém o da urbana chegou a 54%”. (Foracchi, 1982, p.18).

Para Milton Santos, no entanto, entre 1960 e 1980, o emprego industrial, em São Paulo, cresceu mais que a população ativa, e mesmo que o emprego terciário nesta cidade enorme e populosa (por ele qualificada de operosa e operária), embora o próprio autor observe a perda de participação relativa, desde 1970, do valor da produção industrial, tanto do município de São Paulo, quanto da região metropolitana, no conjunto do estado (cf. 1994, p.14 e p.53-59).

As várias temporalidades do capital, (argumento de Milton Santos para compreender o desenvolvimento econômico latino-americano), ou mesmo a lei do desenvolvimento desigual (argumento clássico da literatura marxista), acabam por justificar as nossas especificidades, sem nos afastar do capitalismo, o mais moderno. Uma aproximação importante, na obra de Milton Santos, é o estudo dos dois circuitos da economia – circuito inferior e circuito superior – menos pela relação necessária entre ambos, muito assemelhada aos argumentos da leitura do capitalismo dependente e da relação entre o mercado formal e informal do trabalho, que pela discussão das características do circuito inferior, que inclui uma economia autônoma, que mantém circuitos de comercialização próprios. Quem não conhece, na sua experiência diária, ações e situações desta forma tradicional - um circuito de comercialização doméstico, envolvendo a vizinhança como mercado? Um aluno de pós graduação do Departamento de Geografia da USP, Alexandre Souza da Rocha, que estuda a periferia em São Paulo, demonstrou como da prática do uso do passe de ônibus como dinheiro, por essas camadas populares, acaba derivando um processo de capitalização em certos setores produtivos, num processo clássico de transferência de renda que não corresponde exatamente ao processo moderno de reprodução ampliada do capital. No mundo do dinheiro - e é preciso ter em conta que, no começo deste século, caracterizava-se a metrópole, como universo do uso do dinheiro⁷ -, surge a negatividade dessa generalização.

Quando começo estudando a indústria da construção e leio a cidade como negócio, com o estudo da produção do espaço, reconheço os termos da capitalização e a presença deste trabalho em todas as grandes cidades a explicá-las. Muitos são os proletários, envolvidos por esta indústria, que não são reconhecidos como trabalhadores. São antes definidos como excluídos sociais. São moradores de acampamentos, de albergues, de ruas, das periferias (isto com o passar dos anos).

Há tempos, desde meu mestrado, reconheci essa presença: as práticas de recrutamento de mão-de-obra em todo o país, para a indústria da construção pesada e civil, que respondem pela reprodução ampliada do corpo fabril das indústrias e por sua manutenção, bem como pelo corpo urbano das cidades, denotam os termos geográficos da leitura dessa população (cf. Damiani, 1984). No livro *O espaço no fim de século*, em dois artigos, sobre a crise da cidade e as contradições do espaço, ensaio a análise desse proletariado e de seu significado nas grandes cidades. Quando a cidade não é só continente da atividade industrial - mas a urbanização propõe, enquanto tal, a presença da indústria, especialmente a da construção e seu aparato -, a cidade cresce, crescendo também como negócio industrial: os subterrâneos produzidos, a verticalização, os viadutos e tantos outros produtos da urbanização. E assim, se, na periferia de São Paulo, a maioria se apresentar como pedreiro ou ajudante, mesmo que mencione o fato de fazer bicos, não ter emprego fixo, penso que esta é a aparência desse trabalho próprio da urbanização, que inclui empreitagem e subempreitagem em grandes obras urbanas. Mas e se só eventualmente trabalharem em grandes empresas? E se a participação nos negócios urbanos, como trabalhador, for só eventual? O ritmo desigual deste trabalho, por natureza, sempre me deu a certeza de sua presença dissimulada: reprodução desigual do capital fixo das empresas e das cidades. Na verdade, como admitir a inserção precária desse trabalhador-morador no âmbito da capitalização generalizada?

Exatamente porque meu percurso foi o de tentar incluir a totalidade da “massa trabalhadora”, o tempo todo, no capitalismo e nas formas de capitalização, foi-me possível, neste momento, falar de seu inverso: o trabalho como puramente negativo. Pura negatividade: o trabalho como miséria absoluta. “A miséria não como carência, mas como exclusão plena da riqueza objetiva... a miséria absoluta como objeto”. Quando o trabalho não chega a constituir sua positividade: como atividade, como fonte viva do valor, possibilidade universal da riqueza como sujeito.⁸ Trata-se da acumulação primitiva, sempre renovada, da qual não deriva, necessariamente, o trabalho como atividade produtiva.

Nos anos 70, houve uma expectativa em parte real: a do desenvolvimento de um proletariado diferenciado, produto da industrialização maciça e complexa, que envolvia as grandes cidades e se generalizava por inúmeras outras, configurando regiões metropolitanas, pólos industriais etc. Florestan Fernandes admitia que esse proletariado poderia configurar uma forma política autêntica de democracia burguesa, isto é, modernizaria o país, com a reforma agrária, com o comprometimento do pacto entre oligarquia e burguesia nacionais, e entre a burguesia nacional e o capitalismo internacional, que definia os termos do capitalismo no Brasil; ele ganharia existência civil: um proletariado com condições político-legais efetivas, superando a anomia das classes destituídas e a marginalização política,

enfrentando uma perspectiva socialista e proletária (cf. Fernandes, 1980, p.26-31).

Constituíram-se inúmeros movimentos sociais: desde os especificamente operários aos chamados movimentos sociais urbanos, envolvendo a presença da Igreja (através da Teologia da Libertação e de seu trabalho pastoral) e dos partidos políticos que, renovados, não insistiam na necessidade de pacto com a burguesia e os latifundiários para desencadear o desenvolvimento capitalista no país (como preconizavam as concepções vigentes nos partidos comunistas de após 30 até 60). Essa identidade proletária rica foi combatida; tive oportunidade de estudar este combate através das políticas habitacionais estatistas (cf. Damiani, 1993). Mas o sentido do processo de diferenciação industrial, que hoje se esclarece, é expelir trabalhadores do processo produtivo. O desenvolvimento das forças produtivas significa essa expulsão compulsória: para manter o nível de emprego, com o acrescentamento das forças produtivas e das técnicas, seria preciso um investimento acrescentado exponencialmente. Marx estuda este efeito do desenvolvimento econômico capitalista nos *Grundrisse*, livro base para os grandes pensadores atuais do não-trabalho, como Robert Kurz e o grupo *Krisis*.

Os 20 anos de ditadura militar, a democracia consentida que se seguiu, o neoliberalismo dos governos atuais, garantiram a reprodução dos termos da capitalização no país: o capitalismo rentista, na concepção de José de Souza Martins (1989). Isto é (e relendo, à luz da cidade, sua análise): preserva-se e se atualiza o pacto com os latifundiários; as grandes empresas lucram, também, com empreendimentos rentistas, envolvendo a abertura de fazendas e o “moderno” trabalho escravo; nas cidades, os negócios urbanos envolvem a capitalização da propriedade da terra, negócios cujos rendimentos são elásticos e amplos; e os níveis de emprego não chegam a ser animadores. Há desemprego generalizado. O proletariado diferenciado se esfacela: o desenvolvimento das forças produtivas nas fábricas significou também, além da diminuição do trabalho, a proliferação de trabalho tarefeiro, sem qualificação. A mística da necessidade de trabalho qualificado envolve, na realidade, uma minoria, considerando o montante de trabalho disponível. Mística que também se transformou em mais um negócio, agora, inclusive educacional.

Como produto do “Milagre Brasileiro” surgia, em 1974, a lei nº6019, regulamentada pelo decreto nº73841, que instituía o regime de trabalho temporário, “constituindo-se em arcabouço jurídico de criação de empresas de trabalho temporário e do contrato de trabalho temporário [...] traduzível como uma das formas, criadas no pós-64, de reproduzir a exploração ‘extraordinária’ do trabalho, no Brasil.” (Damiani, 1984, p.115). Na indústria da construção, essa legislação reforçou e legitimou uma estrutura complexa de subemprego das “obras”, que

provocava desemprego mais freqüente, acentuando a intermitência do trabalho, assim como a redução dos salários e dos direitos trabalhistas.⁹

Essa situação, que aparecia, naquela conjuntura, como excessiva exploração do trabalho - pois se tratava do período em que estava se forjando a massa proletária de qualificação diferenciada, tornando nebulosa a interpretação possível dos rebaixamentos salariais -, hoje, com taxa de desemprego, que na região metropolitana de São Paulo, beira os 20% e com queda acumulada no emprego industrial,¹⁰ num contexto capitalista neoliberal e de imperialismo total, apresenta-se como alternativa governamental ultramoderna, para a solução do desemprego generalizado, demonstrando que existe, atualmente, um processo simultâneo de desemprego e degradação dos salários e das condições e direitos do trabalho.

Considerando-se os limites da inserção, no mercado de trabalho, da força de trabalho disponível nas grandes cidades; considerando-se, também, como fundamento e base de desenvolvimento das cidades, como corpo cidadão ou na sua materialidade, a propriedade da terra capitalizada, que sustenta um amplo campo de negócios urbanos, a urbanização em nosso país é *crítica*. A tentativa de reunir urbanização e industrialização num par coerente, sem fissuras, embora específico, é insuficiente.

O que é a *urbanização crítica*? É a impossibilidade do urbano para todos, a não ser que se transforme radicalmente as bases da produção e da reprodução sociais. A diversidade dos movimentos urbanos e sua separação mútua vêm corroborar com o não desvendamento das radicais causas da situação enfrentada: não há moradia e emprego para a maioria - faminta e alvo da violência -, pois a negatividade absoluta do trabalho assim se traduz, sem política como alternativa, sobram as igrejas pentecostais, renovando a já tradicional relação entre messianismo e fome (cf. Bastide, 1958). Não há o urbano para todos. Esta é a radicalidade do urbano na História, colocada hoje com clareza suficiente. Todo o aparato teórico-conceitual que sempre explicou a miséria e o desemprego, ou o subemprego, como faces do capitalismo dependente, acabou por obscurecer o limite que estamos vivendo. Os pobres sobrevivem à custa de uma economia que envolve os próprios pobres e quase exclusivamente eles: são os serviços e o comércio nas áreas periféricas. As relações dentro do circuito inferior de que fala Milton Santos. As várias temporalidades do capital, tão cara às minhas próprias interpretações, já não são suficientes. A realidade atual assim demonstra:

1. Nas metrópoles: a negatividade do trabalho, o processo do que se define como acumulação primitiva, fundante do capitalismo, mas presente hoje, agora e aqui: as pessoas estão perdendo tudo - o emprego, especialmente o industrial; o espaço da moradia, são itinerantes dentro da cidade; a vida, com a violência - e estão inseridas perversamente no mundo do espetáculo, que lhes retira a

identidade. Com o que ficam? Com a negatividade absoluta do processo moderno do sistema produtor de mercadorias: com a miséria absoluta e a violência.

2. A questão urbana não é uma questão específica, nem menor. A História, neste momento, propõe as metrópoles como detentoras da universalidade dos processos sociais. O urbano está sintetizando esse momento crítico.
3. Esta percepção ainda não é unânime nos movimentos urbanos. Assim, estão divididos, numa divisão que pode impedir a leitura da radicalidade do processo: a urbanização é crítica. Se existe urbanização para uns, deixa, por isso, de existir para outros, a menos que se coloque como necessidade radical; isto é, nesta forma de produzir o mundo, não é possível a urbanização para todos: é preciso enfrentar a propriedade privada e sua capitalização, com a produção do espaço. Os movimentos que o fazem podem conter a radicalidade do processo. Os movimentos dos sem terra urbanos, por exemplo, dependem de uma compreensão ampla da questão da propriedade privada da terra, incluindo as questões no campo. Portanto, a urbanização e os sem terra, o meio ambiente e a questão social etc. são os termos da impossibilidade nesta e desta sociedade, que propõem a necessidade de sua transformação. Não há como administrar esses termos e mantê-los, senão em crise. Ao dividirem os movimentos, segundo essas necessidades, se mutila a leitura da totalidade do processo, se vulnerabiliza a lógica popular, invadida pela lógica estatista e de mercado. O urbano tem abrangência histórica complexa se se assumir a radicalidade dos processos que desvenda.
4. A urbanização, nesses termos, depende da ação popular.
5. A organização popular urbana atual tem uma gênese: na atividade pastoral da igreja, nos partidos políticos e na história de lutas operárias dos sujeitos envolvidos; portanto, seria difícil discernir, de forma absoluta, a luta operária da luta urbana, o que não significa que havia e há, da parte dos sindicatos, projetos urbanos. Mas a experiência da luta operária foi fundamental para consolidar lideranças de movimentos urbanos.
6. A reprodução da vida urbana sofre, por outro lado, interferências da ação estatista, inclusive em planos que demarcam a vida privada. São clientelismos institucionais e pessoais, que instrumentalizam e interferem nas relações sociais entre os moradores. Atravessam os movimentos, desde a sua gênese. Inclusive propõem muitos deles, cujo perfil de atuação coordenam. No âmbito do clientelismo institucional são políticas concertadas, internacionais e nacionais, delimitando o que seria de fato o imperialismo (nos termos de Florestan Fernandes). Do ponto de vista do clientelismo pessoal, reproduz uma estrutura de favores, tradicional, que mina qualquer movimento. (A assistên-

- cia social pode representar o clientelismo institucional, e os políticos de ocasião são iguais a clientelismos pessoais).
7. Os movimentos passam pela necessidade da institucionalização, enquanto associações, que possibilitam, enquanto tais, recebimento de verbas públicas e estabelecimento de relações oficiais. Este momento é difícil, pois a institucionalização pode comprometer o movimento de base (há programas de desenvolvimento comunitário, vinculados a políticas internacionais de assistência social, que chegam a definir o perfil das associações de moradores).
 8. A luta de classes se generaliza e se desloca, incluindo o urbano.
 9. As maneiras como a impossibilidade aparece, no corpo das reivindicações específicas, são: nos conjuntos habitacionais, os adensamentos, que comprometem a urbanização dos mesmos; o controle dos que poderão fazer parte dos mutirões para torná-los viáveis; o receio das invasões, numa ocupação; o embate entre as questões sociais e aquelas especificamente ambientais; etc. Tornar o lugar mais urbano significa, no limite da racionalidade deste Estado e a da propriedade privada da terra urbana, expulsar a população que é excedente. A luta pela sobrevivência e pela cidadania pode, dependendo de seus termos, expulsar e selecionar e essa seleção é quase naturalizada - aparece como natural. As contradições maiores de nossa sociedade podem ser vividas na sua ambigüidade e diluição.
 10. Sem emprego e perspectiva progressista na indústria, já existem experiências rurais nas cidades: plantação de milho e feijão, numa composição camponesa e familiar da produção e recuperação do significado da economia de subsistência na História de nosso país. Muitas das ações, (hortas comunitárias, por exemplo), demonstram que os movimentos não só passam pela lógica do mercado - a da compra e venda. Nos mutirões, existe a partilha e certo acervo tradicional, dessa maioria interiorana, nortista e nordestina, camponesa, que são seus componentes. Valem-se dessa tradição para demonstrar os limites da modernidade excludente. Isto porque muitos vivem o limite trágico da fome.
 11. Os movimentos são estratégias em ação, incluem ambientes e momentos de guerra. São táticas de negociação, táticas de luta concreta, e sua descentralização e centralização móveis fazem o mérito, diferente da estratégia centralizada e monumental, que define a ação estatista. Em 1999, na metrópole de São Paulo, a ação conjunta de tomada de posse de 6 prédios centrais, no final da noite, pela União dos Movimentos de Moradia, filiada à Central dos Movimentos Populares, demonstra isso.¹¹ Assim como as inúmeras ações dos movimentos dos sem terra, por exemplo, na Zona Leste de São Paulo, especialmente os da Leste II (reunindo as áreas mais distantes do centro), que realizaram ocupações, das quais derivaram a produção da moradia por mutirões e, mais ainda, uma compreensão do significado da produção por esta via: dis-

cussão sobre a utilização do tempo livre do trabalhador; o preço da moradia popular no e sem o mutirão; o mutirão viabilizando a habitação popular; etc. (foram ao todo, na Zona Leste, mais de 200 ocupações).¹²

12. É festa, drama, violência e sacrifício, pois há atividades coletivas: distribuição de panfletos, de convencimento, que exigem atuação cotidiana e desprendimento de horas de descanso, mas podem afastar os militantes da alienação do mundo do espetáculo, com seus modelos televisivos de comportamento e moral veiculados.
13. Mas há tempo para isto também e para a criação de um modo não capturável de usufruir do espetáculo. Para além de reivindicações específicas, a experiência da militância redefine os sujeitos envolvidos e pode lhes retirar o peso da sujeição admitida, consentida. A ruptura da sujeição não é só séria, dramática, com perseguições, mortes e prisões, mas alegre e cheia de risos e festa. O tempo do movimento é o tempo da luta, mas também da festa, da festa popular. É outra a sociabilidade que se conquista. Por outro lado, o cotidiano dos dias comuns e fora do movimento reconduz a práticas consentidas, reproduz a mesmice, a indiferença recíproca. Assim, conceitualmente, diria que, do ponto de vista da vida cotidiana, os movimentos são momentos ou situações: demarcam a História, têm formação e memória, têm estrutura, mas são criações que se dão no tempo e no espaço, são acontecimentos. O acontecimento deve ser lido no plano do possível, como “virtualidade já em marcha, uma possibilidade tendente a realizar-se”, que envolve uma “certa consciência histórica”. Seu significado, na consciência e na cultura, portanto, é ambíguo, “isto é, rico de sentidos, complexo.” (Lefebvre, 1971, p.258-9).
14. Há, do outro lado dos movimentos, as igrejas pentecostais, a reza no lugar da luta e não com a luta. A violência e a miséria aparecem como impossíveis de vencer, daí o divino é a alternativa cotidiana. A negatividade absoluta da miséria, o desemprego, pode conduzir a isto, mas já houve experiência, dentro dos movimentos, de enfrentamento dessa situação: em 1983-84, o movimento dos desempregados, que reuniu comissões e ações de movimentos locais de todo o estado.

Vivemos, concluindo, uma situação de estado crítico. Para vencer o niilismo é preciso, num primeiro momento, admiti-lo. Admitimos que estamos imersos no jogo do mundo e, como avalia Kostas Axelos, “o niilismo não será vencido e superado senão pelo niilismo”,¹³ numa tentativa de recuperar uma noção de totalidade, num mundo de totalidade fragmentada, noção que inclua o significado do sujeito na História, a unidade da vida e da consciência.

Neste sentido, recupero aqui um trabalho extraordinário e não concluído de Marialice Mencarini Foracchi, que faleceu antes de terminá-lo. Esse trabalho foi realizado no início dos anos 70, no corpo da discussão das populações marginais,

da relação entre teoria da dependência e caracterização do conceito de marginalidade. Primeiro, absorvendo a noção de participação-exclusão, isto é, a marginalidade como uma forma específica de participação, referente aos níveis econômico e político, mas não só a eles; segundo avalia, é preciso

“[...] propor a identificação do nível cultural como expressão (simbólica) do econômico e do político, apreendendo, ao mesmo tempo, como esses níveis se expressam em estruturas distintas de significação [...] os condicionamentos impostos ao ‘vivido’ pelas condições objetivas. A ‘participação-exclusão’ expressa, assim, um processo de interiorização da objetividade, ou seja, uma modalidade de *experiência* do campo de carências [...] interiorização de uma situação objetiva e, ao mesmo tempo, transformação dessa situação objetiva no nível do vivido [...] Campo de carências tal como se estrutura na representação dos agentes humanos [...] O sistema de carências configura, de modo extremo, as características do sistema de privações inerente à formação social subdesenvolvida/dependente.” (Foracchi, 1982, p.13-14).

Eis os termos: instabilidade existencial, composta pela instabilidade objetiva; homogeneidade e pouca diversificação da experiência do campo de carências; difícil assimilação de qualquer estímulo cultural, o que articularia o sistema de carências com o estilo de dominação; isto é, a compreensão da situação como inalterável. Diz a autora: “não é outro o significado da integração ou da participação simbólica. Ela é ao mesmo tempo uma exclusão.” (Ibid., p.12-16).

Qual o significado desta interferência da autora mencionada?

Localizar a vivência, o vivido dessas condições objetivas tão assombrosas, incluindo a importância real do plano da consciência – das formas de consciência: consciência social, consciência privada - e com ele a experiência das lutas populares das últimas décadas, seus limites e possibilidades. Inclui-se o exame do real e do possível no vivido, no nível do cotidiano.

Recebido para publicação em 16 de maio de 2000

Notas

¹ Citados por Petrone, 1995.

² Nelson Omegna, A cidade colonial, p.20. Citado por Petrone, 1995.

³ Os autores aqui citados, embora do conhecimento da autora, fazem, neste contexto, parte do acervo de interpretação de Evânio S. Branquinho (1999) em seu esforço em interpretar a metrópole de São Paulo.

⁴ Alcântara Machado, Vida e Morte do Bandeirante, citado por Petrone, 1995, p.59.

⁵ Ibid., citando Vivian Schelling, p.26.

⁶ Ibid., p.22, 24, 26 e 29.

⁷ Cf. Remy, 1995.

⁸ Marx, 1977, p.236. Interpretação possível e imersa em nossas discussões de grupo de estudos do LABUR - Laboratório de Geografia Urbana do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

⁹ Cf. Damiani, 1984, capítulo 3: "A pobreza reproduzida pelo trabalho na construção: 'peão', favelado".

¹⁰ Cf. Prates, 1999.

¹¹ Cf. Oliveira, 1999.

¹² Cf. Santos, 1994.

¹³ Citado por Fougeyrollas, 1973, p.80.

DAMIANI, Amélia Luisa. La metrópoli y la industria – reflexiones sobre una urbanización crítica. *Terra Livre*, São Paulo, n.15, p.21-37, 2000.

Resumen: El texto desarrolla una interpretación de lo urbano en su relación con el proceso de industrialización, intentando comprender la particularidad del caso brasileño, especialmente a través de la metrópoli de São Paulo, ejemplo de una modernidad incompleta. Se trata de descifrar lo que podría constituirse en una urbanización definida como crítica. La cuestión urbana no se presenta sólo como una cuestión específica, sino que sintetiza la universalidad y la radicalidad de los procesos sociales.

Palavras-clave: capitalismo; metrópoli; urbanización crítica; proletariado.

DAMIANI, Amélia Luisa. The metropolis and the industry: reflections on critical urbanization. *Terra Livre*, São Paulo, 15: 21-37, 2000.

Abstract: This paper develops an interpretation of the urban phenomenon in its relationship with the industrialization process. The author tries to understand the particularity of the Brazilian case, especially through an analysis of the metropolis of São Paulo, which is taken as an example of incomplete modernity. Her purpose is to decipher what could be constitutive of an urbanization defined as critical. The urban question does not appear only as a specific question, but as synthesizing the universality and the radicality of the social processes.

Key words: capitalism; metropolis; critical urbanization; proletariat.

Referências bibliográficas

BASTIDE, Roger. O messianismo e a fome. In: VÁRIOS, Autores. *O drama universal da fome*. Rio de Janeiro: Ascofam, 1958, p.123-131.

BRANQUINHO, Evânio S.. *A fragmentação do espaço urbano e a falta de identidade na cidade de São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999, 34p. (Monografia de disciplina de pós-graduação).

- CASTELLS, Manuel. *Problemas de investigação em sociologia urbana*. Lisboa: Presença, 1975.
- DAMIANI, Amélia Luisa. *Na busca das favelas o encontro do 'peão' que permanece - as favelas de Cubatão num quadro de desenvolvimento do centro petroquímico-siderúrgico*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1984, 218p. (Dissertação de mestrado: Geografia Humana).
- _____. *A cidade (des)ordenada - concepção e cotidiano do conjunto habitacional Itaquera I*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1993, 358p. (Tese de doutorado).
- _____. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; DAMIANI, Amélia Luisa; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Org.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999, p.48-61.
- _____. A crise da cidade: os termos da urbanização. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; DAMIANI, Amélia Luisa; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Org.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999, p.118-131.
- FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FORACCHI, Marialice Mencarini. *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- FOUGEYROLLAS, Pierre. Au-delà du nihilisme. In: LEFEBVRE, Henri e FOUGEYROLLAS, Pierre. *Le jeu de Kostas Axelos*. Montpellier: Fata Morgana, 1973, p.35-96.
- JONAS, Stéphane. La "groszstadt" métropole européenne, dans la sociologie des pères fondateurs allemands. In: RÉMY, Jean (Org.). *Georg Simmel: ville et modernité*. Paris: Harmattan, 1995, p.19-35.
- _____. La métropolisation de la société dans l'oeuvre de Georg Simmel. In: RÉMY, Jean (Org.). *Georg Simmel: ville et modernité*. Paris: Harmattan, 1995, p.51-59.
- LEFEBVRE, Henri. *O fim da história*. Lisboa: Dom Quixote, 1971.
- LÖWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina - uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: LECH, 1981.
- _____. *Caminhada no chão da noite (emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo)*. São Paulo: Hucitec, 1989.

- _____. *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha.* São Paulo: Hucitec, 1992.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples.* São Paulo: Hucitec, 2000.
- MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858.* México: Siglo Veintiuno, 1977.
- MONBEIG, Pierre. La croissance de la ville de São Paulo. *Revue de Géographie Alpine*, Grenoble, tome XLI, fasc. II, p.265-309, 1953.
- OLIVEIRA, Marcelo. 6100 sem teto invadem seis imóveis em menos de uma hora em São Paulo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 out. 1999, 3º caderno, p.1.
- PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas.* São Paulo: EDUSP, 1995.
- PRATES, Fábila. Queda da renda atinge mais o pobre. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 out. 1999, 2º caderno, p.1.
- SANTOS, Cida. *Zona Leste meu amor – personagens de uma história de lutas.* São Paulo: Marco Markovitch, 1994.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido – os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- _____. *Por uma economia política da cidade.* São Paulo: Hucitec/EDUC, 1994.